

MUNDO DIGITAL

8 de fevereiro: Dia Internacional da Internet Segura

Desde o ano de 2004, o dia 8 de fevereiro é celebrado como o Dia Internacional da Internet Segura. A data foi criada com o objetivo de mobilizar instituições e usuários, principalmente jovens e crianças, a estimular o uso livre e seguro dos computadores e dos celulares.

O avanço da internet trouxe diversos benefícios para o dia a dia, que vão desde manter contato com amigos e familiares que moram distante, até acessar contas bancárias. Mas esse avanço também permitiu que pessoas mal intencionadas tivessem acesso de forma rápida e fácil a informações pessoais dos usuários.

Neia Lourenço, de 51 anos, é esteticista e moradora de Brasília. Em 2022, ela caiu em um golpe ao acessar um anúncio no Instagram com promoções em um hotel que ela tinha interesse em conhecer. Ao ligar para o hotel para confirmar a reserva, Neia foi informada de que não havia promoção.

“Falaram que não havia promoção e que eu não era a primeira a ligar para falar sobre esse golpe. Liguei para o meu



banco e disse que entrei no golpe de Pix, mas a gerente me falou que neste caso para resolver, seria só se eles me

devolvessem. Entrei no meu banco e disse que entrei no golpe de Pix, mas a gerente me falou que neste caso para resolver, seria só se eles me

esteticista. Cristian Souza, consultor de Cyber Security na DARYUS Consultoria, instrui que para

manter a segurança ao acessar sites ou até mesmo pagar boletos, é preciso ter atenção aos links do site, além de verificar

o CNPJ da empresa para saber se é confiável.

“Sempre verifique se o site faz uso de um protocolo seguro para trafegar as informações. Isso pode ser verificado pela presença daquele famoso cadeado verde no seu navegador, isso indica que o site trafega os dados de forma criptografada.”

Como melhorar a segurança dos seus dados na internet

O especialista lista alguns hábitos que podem ajudar a combater o vazamento de informações pessoais:

- Desconfie de pedidos de transferências urgentes, mesmo que seja feito por um parente ou conhecido; Não compartilhe senhas com terceiros;
- Nunca utilize informações pessoais para gerar senhas, como data de nascimento ou número de telefone;
- Procure fazer uma senha com mais de 8 caracteres, utilizando números, letras minúsculas e maiúsculas e caracteres especiais;
- Tenha senhas diferentes para cada acesso.

Fonte: Brasil 61

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Volta às aulas: saiba como montar uma lancheira saudável para as crianças

A alimentação tem papel fundamental em todas as etapas da vida, mas bons hábitos alimentares são decisivos para o crescimento e o desenvolvimento nos primeiros anos de vida da criança. Com a volta às aulas, é preciso cuidado na escolha de alimentos saudáveis para a lancheira dos pequenos.

Camila Cordova, nutricionista e professora do curso de Nutrição da faculdade Anhanguera Taguatinga, orienta aos pais e responsáveis a fazer um planejamento antes de ir às compras e colocar no papel os alimentos mais saudáveis para serem consumidos pela família.

“Eu gostaria de dar uma atenção especial na escolha por alimentos in natura ou minimamente processados. Na verdade, esses são alimentos que devem ser a base da nossa alimentação. Então verduras, legumes e frutas são uma variedade incrível de alimentos minimamente processados e são a base para uma alimentação balanceada saborosa”, completa a nutricionista.

Camila reforça também a importância dos alimentos de origem animal, como carne, leite, ovos e peixe.

“Então na hora de fazer as compras, a minha dica é co-



locar em primeiro lugar esses alimentos, buscar sempre locais onde você tem uma variedade grande de alimentos, onde você vai conseguir ter desde as verduras e legumes, as carnes, os ovos, os cereais, os grãos,

as leguminosas. Então grandes mercados vão ajudar a gente a encontrar todos os produtos que a gente precisa para compor a alimentação de uma criança”, explica a especialista. Júlia Cristina tem 27 anos, é

vendedora e moradora de Brasília. Ela tem um filho de três anos e, na hora de preparar a lancheira escolar do pequeno, sempre procura colocar alimentos mais saudáveis. “A gente sempre procura

mandar um carboidrato, como um pãozinho, uma tapioca, alguma coisa do tipo e uma fruta. Aí um morango ou manga, uva, banana, que são coisas que ele gosta bastante. E o suco somente de frutas”, diz a vendedora.

Montando uma lancheira saudável

A nutricionista Camila Cordova dá dicas de como montar uma lancheira saudável na hora de levar a criança para a escola.

- Escolher um líquido, preferencialmente que seja água. É importante que tenha sempre uma garrafinha com água na lancheira da criança. Outra alternativa é o suco natural sem açúcar, chás e até a água de coco natural;
- Frutas frescas, como banana, maçã, morango, pera, uva, goiaba, entre outras.
- Vegetais como palitinhos de cenoura, abobrinha, brócolis cozido, beterraba;
- Para complemento, pode-se acrescentar pão de queijo caseiro, tapioca, cuscuz, sanduíche, iogurte natural, bolo caseiro, entre outros.

Com o intuito de auxiliar os pais e responsáveis a inserirem uma alimentação saudável durante o crescimento das crianças, em 2021 o Ministério da Saúde desenvolveu o “Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos”. O guia reúne as principais recomendações sobre aleitamento, introdução à alimentação complementar e escolha de alimentos saudáveis.

Fonte: Brasil 61



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, registrada sob nº 02/2.023, que objetiva à contratação de empresa especializada em serviços de organização de eventos e serviços correlatos para a realização da Festa de Peão, no Município de Jales, no mês de abril de 2.023, compreendendo o fornecimento do espaço, mobiliário adequado, equipamentos para a realização do evento, bem como planejamento, organização, a execução, a operacionalização, a recepção, a produção e assessoria de eventos, acessórios, insumos e todos os demais materiais e serviços indispensáveis à plena execução do evento, em conformidade com o estabelecido no Anexo 01 - Termo de Referência, por tempo determinado, sendo o seu encerramento às 10:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2.023, com a abertura dos envelopes às 15h15 minutos do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Jales - SP, aos 09 de fevereiro de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo 003/2023 - Pregão Presencial 001/2023. Aquisição de Cestas Básicas. Encerramento para entrega dos envelopes às **08:00 horas do dia 01/03/2023**. O Edital completo e demais informações serão fornecidas no Setor de Licitações, Rua Dr. Nunes nº 680, Centro, Vitória Brasil/SP, no horário das 08:00 às 11:00 hrs e das 13:00 às 16:00 hrs, pelo telefone (17) 3642-9000 ou no site www.vitoria-brasil.sp.gov.br.

Vitória Brasil/SP, 09 de fevereiro de 2023.

Paulo Henrique Miotto
Prefeito

Rua Dr. Nunes, nº 680 - Centro
CEP 15.713-000 - VITÓRIA BRASIL/SP

Telefone: (17) 3642-9000
www.vitoria-brasil.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato - Processo nº 01/2023 - Dispensa de Licitação nº 01/2023 - Contrato nº 01/2023 - Contratante: Câmara Municipal de São João Das Duas Pontes - Contratada: Segantini Soluções Contábeis e Patrimoniais Ltda - CNPJ sob nº 31.679.966/0001-20 - Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados, com assistência e acompanhamento na gestão dos setores de contabilidade pública, Recursos Humanos e Patrimônio da Câmara Municipal de São João das Duas Pontes, no que tange aos envios de todos os dados informatizados, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao Sistema de Auditoria Eletrônica de São Paulo (AUDESP) Fases I, II, III, IV, das Publicações dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) e do E-Social - R\$38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) - Assinatura: 1.º/02/2023 - Vigência até: 31/01/2024.



CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato - Processo nº 01/2023 - Dispensa de Licitação nº 01/2023 - Contrato nº 02/2023 - Contratante: Câmara Municipal de São João Das Duas Pontes - Contratado: Luciana Cristina Possebom Bologna Jales-ME - Folha Regional - CNPJ sob nº 03.244.678/0001-08 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de publicidade dos atos oficiais da Câmara Municipal de São João das Duas Pontes para o exercício de 2023, ficando a empresa contratada ainda obrigada a fornecer 100 (cem) exemplares de suas edições, aos munícipes, de forma gratuita. - Valor de R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) - Assinatura: 1.º/02/2023 - Vigência até: 31/01/2024.



Câmara Municipal de Urânia

CNPJ 51.842.185/0001-12

email: cmurania@gmail.com - Tel: (17) 3634-1177
Avenida Presidente Kennedy nº 1.474 - Cx Postal 02 - CEP 15.760-000 - Urânia - SP

PORTARIA Nº 004/2023

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR ED CARLOS GARCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

KATIA CRISTINA SIEBRA, Presidente da Câmara Municipal de Urânia, Estado de São Paulo, etc.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor **ED CARLOS GARCIA**, lotado no Cargo em Comissão de **ASSESSOR JURÍDICO**, referência "18/A", portador do RG nº 19.582.817-3, CPF nº 089.815.458-80, de acordo com o **Ofício nº 013/2023**, expedido ao setor de Contabilidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, notifique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 01 de fevereiro de 2.023.

Katia Cristina Siebra
KATIA CRISTINA SIEBRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

Publicado e registrado nesta Diretoria em data supra.

Ademar Maringoly Junior
Ademar Maringoly Junior
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial

Pregão Presencial nº 01/2023

Processo CL/PMP nº 05/2023

Encontra-se aberto nesta Municipalidade Pregão Presencial acima citado, contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de Assistência Social, para atendimento no Centro de Referência a Assistência Social (Cras) e Divisão Municipal de Assistência Social (órgão gestor) deste Município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, objetivando a melhoria de vida das famílias residentes no território de abrangência do Cras e Órgão Gestor desta Municipalidade. Data para apresentação de propostas até às 09:00 horas do dia 23 de Fevereiro de 2.023. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacoes. Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.

Pontalinda, 09 de Fevereiro de 2.023.

Sisínio de Oliveira Leão

Prefeito Municipal

SAÚDE INFANTIL

Mochilas pesadas podem causar problemas de saúde no futuro

O início do ano também é marcado pelo fim das férias escolares. Com isso, o uso da mochila nas costas por crianças e adolescentes volta a ser frequente. Cuidados para que o peso sobre as costas não prejudique o aluno devem ser tomados.

O ortopedista Julian Machado orienta que a mochila deve ser carregada da forma correta, com as duas alças devidamente acomodadas nos ombros. Recomenda ainda que o peso da mochila não ultrapasse 10% do peso do aluno.

“O peso da mochila não vai deformar a coluna, a parte óssea, o arcabouço ósseo, mas com o tempo ele pode levar essa criança a ter vícios posturais, que funcionam como

se ela tivesse realmente a escoliose, a cifose. Então assim, o peso da mochila é um fator importante e uma sem ocupação sempre no período de início das aulas”, completa o especialista.

O neurocirurgião Henrique Lira, especialista em coluna vertebral, alerta aos pais a importância do acompanhamento da saúde da coluna das crianças desde os primeiros anos de vida, pois alterações ou impactos no desenvolvimento e na qualidade do funcionamento ergonômico postural, vai impactar diretamente na saúde da coluna do adulto.

“Crianças que vão à escola com uma postura inadequada, seja por carregamento de peso na mochila, seja por al-

terações posturais na hora estuda, associados à obesidade, a falta de práticas de atividade física, isso vai impactar na saúde da coluna de até 70% dos adultos tardiamente”, explica Lira.

Na hora de arrumar a mochila para a volta às aulas, o aluno deve optar por colocar o material mais pesado na parte de trás, de forma que fique mais perto do corpo para que o peso não faça com que a criança ou adolescente se curve.

Observe também se a mochila está acomodada no meio das costas e apoiada na coluna lombar, desta forma, os ombros não ficarão sobrecarregados e pode ajudar a evitar a dor no final do dia.

Fonte: Brasil 61

MINERAÇÃO

Agência que fiscaliza garimpos ilegais tem corte de R\$ 75 milhões

Confirmado pelo governo Lula, o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro ao repasse de quase R\$ 75 milhões para o aumento de salários e o provimento de 95 cargos na Agência Nacional de Mineração (ANM) impacta a fiscalização do setor mineral do país, o que inclui barragens e garimpos ilegais. Essa é a avaliação de especialistas ouvidos pelo Brasil 61.

De acordo com o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, cerca de R\$ 59,2 milhões seriam destinados para o reajuste salarial dos servidores da ANM. Outros R\$ 14,8 milhões estavam autorizados para o reforço do quadro de pessoal.

Com os vetos presidenciais – saiba mais abaixo –, dois dos principais problemas que acompanham a agência desde a sua criação, como o número insuficiente de funcionários e remuneração defasada em relação a outras agências reguladoras federais, continuam sem solução.

Waldir Salvador, consultor de relações internacionais e desenvolvimento econômico da Amig (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil) diz que o reduzido número de funcionários impede a ANM de cumprir com as suas atribuições.

“A estrutura está muito aquém da necessidade da agência de gerir minimamente o que ela precisa sobre a atividade de mineração brasileira, porque todo mundo esquece, fica falando de fiscalização, mas não é apenas fiscalização. A agência também tem o papel de regular e fomentar a atividade”, ressalta.

A ex-diretora da ANM, Debora Puccini, afirma que os salários defasados e a falta de concursos públicos para recompor o quadro de funcionários são problemas herdados desde antes de a agência existir, quando o setor ainda era regulado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). “Ou seja, o problema não aconteceu do dia para a noite. É um problema que vem se arrastando com os anos”.

Os especialistas argumentam que, ao passo em que o setor

privado da mineração cresceu significativamente nas últimas décadas, o setor público encolheu. “A mineração aumentou muito e a conta não está fechando. O pessoal tem que analisar, fiscalizar, mas a conta não fecha. A gente tomou medidas de automatização e melhoria, mas mesmo assim precisa de gente. Minimamente”, diz a ex-diretora da ANM.

Waldir Salvador considera a falta de investimentos na Agência Nacional de Mineração um “erro gravíssimo” do governo federal. “Nós clamamos, pedimos, comprovamos e denunciamos há algumas décadas. A agência precisava ter três vezes o número de mão de obra que ela tem pra ela ter condição de ter uma regulação, uma fiscalização à altura”, avalia.

Segurança Os casos recentes de rompimento das barragens em Mariana, que deixou 19 mortos, e Brumadinho, com 270 óbitos, reacenderam o alerta das autoridades quanto à fiscalização desses empreendimentos. Na última sexta-feira (3), a ANM anunciou a nomeação de 40 novos servidores que vão fortalecer a fiscalização das barragens de mineração no país.

A União foi obrigada pelo Ministério Público Federal (MPF) a realizar o concurso como medida para que a agência fizesse inspeção em todas as barragens de mineração consideradas inseguras ou com segurança inconclusiva. “Se não tivesse havido essa determinação da Justiça Federal que autorizou o setor de barragens da agência a contratar temporariamente algum pessoal, outros ‘Brumadinhos’ já tinham acontecido. Isso é seguro?”, questiona o consultor da Amig.

No entanto, as contratações servirão apenas para a fiscalização das barragens. “Foi bastante suado um concurso para barragens, mas isso não é suficiente, porque fiscalização não é só barragem. A agência não é restrita à barragem. A gente tem CFEM, outorga de títulos, implantação dos empreendimentos, a pesquisa, ou seja, são vários segmentos de



fiscalização diferentes”, pontua. Se novas contratações não forem feitas para suprir a fiscalização de outras atividades, algumas delas de risco para a população, como o garimpo ilegal, vão continuar sem o acompanhamento adequado.

“Veja esses problemas das terras indígenas, do garimpo. Você tem que estar sempre indo, voltando e averiguando de novo, porque hoje você sumiu com alguns, mas amanhã eles voltam. São atividades que você tem que ser constante. Pra isso tem que ter gente. Tem que ter maquinário, fotos aéreas, fotos de satélite, integração com outros órgãos. Não tendo funcionários preparados, você vai colocar em risco a população, qualquer que seja ela, indígena, quilombola, a gente mesmo, a vilazinha que está ali. Sempre vai ter alguém em risco”, afirma.

Impacto financeiro

Os prejuízos, segundo os especialistas, se estendem às contas públicas. De acordo com a Amig, o Brasil tem 24 mil títulos minerários ativos e, desse total, apenas 13 mil pagam a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). A CFEM é uma contraprestação que as empresas mineradoras pagam à União, aos estados e aos municípios pela exploração dos recursos minerais. A ANM é a responsável por cobrar as empresas do setor.

Nas estimativas mais otimistas, o número de fiscais federais

para acompanhar esse montante chega a, no máximo, dez funcionários. No ano passado, o poder público arrecadou cerca de R\$ 7 bilhões com a CFEM, valor este que poderia ser consideravelmente superior, não fosse o vácuo fiscalizatório, diz Waldir Salvador.

“A CGU [Controladoria Geral da União] estima que há pelo menos R\$ 1 de CFEM sonogado para cada R\$ 1 que é pago. No ano passado, arrecadou R\$ 7 bilhões. Se a CGU estiver certa, nós jogamos mais sete bi na lata de lixo. É ridículo”, critica.

Para Debora Puccini, não investir na modernização da agência e ampliação do quadro de pessoal sob a alegação de que faltam recursos é um contrassenso, porque mais funcionários conseguiriam acompanhar de perto as empresas e diminuir a sonegação dos chamados royalties da mineração, alega.

“Com certeza isso seria recuperado. Quando eu estava na gestão, não conseguia entender os argumentos de que não tinha orçamento. Como que não tem orçamento? A gente faz o orçamento. Eu fiz até um desafio ao Ministério de Minas e Energia, à Casa Civil: A gente consegue arrecadar isso [valor gasto com a ampliação do quadro] e repõe mais. Disseram assim: ‘ah, nós vamos ver’, mas não viram”.

Falta de recursos Criada em 2017, a ANM substituiu o DNPM. A agência – vinculada ao Ministério de Minas

e Energia – é responsável por regular, fomentar e fiscalizar a produção mineral no Brasil. No entanto, desde o início a ANM sofre com restrições orçamentárias. Em 2018, seu primeiro ano de funcionamento, apenas 34% do orçamento de R\$ 909 milhões da agência foram empenhados. Nos anos seguintes, o órgão também sofreu com bloqueio de recursos.

A agência tem 2.121 cargos. Ao Brasil 61, a ANM afirmou que apenas 664 estão ocupados. Há, portanto, 1.457 cargos vagos na agência, o que corresponde a 68,7% da força de trabalho para que a ANM funcione como projetado inicialmente.

Além disso, os funcionários da Agência Nacional de Mineração recebem, em média, 49% a menos do que os servidores das outras dez agências reguladoras federais, de acordo com o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação, o Sinagências.

Entenda os vetos

Em agosto do ano passado, o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma medida provisória (MP) que autorizava a participação da iniciativa privada na pesquisa e lavra de minérios nucleares. A criação de cargos na ANM e a equiparação da remuneração de seus servidores à de funcionários de outras agências reguladoras não estavam no texto inicial, mas foram incluídas por meio de emendas. A MP 1.133/2022 foi aprova-

da no Senado em dezembro e seguiu para sanção do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao sancionar a medida no antepenúltimo dia de governo, Bolsonaro vetou os dispositivos que garantiriam os recursos necessários para a criação dos cargos e o reajuste salarial.

Segundo o ex-presidente, embora de “boa intenção”, as mudanças foram barradas por três motivos: eram inconstitucionais, uma vez que são de iniciativa exclusiva do presidente da República leis que criam cargos e aumentam remuneração de servidores da União; contrariavam o interesse público, porque a MP enviada pelo governo não previa esses dispositivos; e eram nulas, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo.

Ocorre que uma semana antes o Congresso Nacional havia aprovado o orçamento para o ano de 2023, que autorizava R\$ 59.202.413 para a equiparação salarial e R\$ R\$ 14.893.412 para os novos cargos na agência. O texto, inclusive, citava a MP.

Cesar Lima, especialista em orçamento, explica o impasse em torno dos recursos que iriam para a ANM. “Quando a LOA foi aprovada, existia o recurso. No caso dessa MP, ela já tinha sido votada quando a LOA foi aprovada. Ela estava para sanção do presidente. Só que no ato da sanção, ele vetou essa parte do fundo e deixou a descoberto aquelas despesas previstas na LOA. Então, o novo governo não teve outra saída a não ser vetar aquelas linhas de despesa”.

Ao sancionar o orçamento para 2023, no dia 17 de janeiro, o governo Lula vetou o uso dos recursos para o aumento de despesa com pessoal na ANM, justificando que eles se tornaram inviabilizados com o veto do governo anterior. Na prática, o argumento é de que não se pode destinar verba para custear algo que não existe oficialmente.

Fonte: Brasil 61

BRASIL

Mineração tem cenário desafiador até 2050

Segundo relatório da BloombergNEF, fornecedora de pesquisas estratégicas que cobre os mercados globais de commodities e as tecnologias disruptivas, a demanda por metais-chave necessários para a implantação de tecnologias de transição de energia, tais como solar, eólica, baterias e veículos elétricos, aumentará cinco vezes até 2050, sob o chamado Net Zero Scenario (NZS). Entretanto, o abastecimento é limitado devido à falta de investimentos, ao aumento do risco-país em relação à mineração e ao esgotamento das reservas.

O risco-país que diz respeito à possibilidade de que mudanças no ambiente de negócios de um determinado país impacte negativamente o valor dos ativos de indivíduos ou empresas estrangeiras naquele país

O risco-país continua sendo o principal obstáculo para o desenvolvimento de novos

projetos de mineração, já que a desaceleração econômica global e a necessidade dos países de garantir o fornecimento de metais críticos levaram ao ressurgimento do nacionalismo de recursos e a impostos mais altos sobre os recursos. Segundo o chefe de metais e mineração da BNEF, e principal autor do relatório, Kwasi Ampofo, a transição energética colocou as matérias-primas em evidência e esta transição representa tanto uma oportunidade quanto uma responsabilidade. O chefe de metais da BNEF, destaca que a mineração responsável deve ser o pilar desse tipo de extração, que a mineração é à base da transição energética, e dessa maneira, a indústria deve liderar o caminho.

A transição energética levará a um declínio nos materiais utilizados nas tecnologias de geração de energia que utilizam combustíveis fósseis.

Em 2050, a demanda de metais das usinas elétricas baseadas em carvão e gás corresponderá a menos de 6% da demanda total na geração de energia no Economic Transition Scenario (ETS) da BNEF. Houve uma queda de aproximadamente 16% em 2022. Enquanto isso, o consumo de metais em energias renováveis e no armazenamento de baterias mais do que dobram no mesmo período. Para o analista de metais e mineração da BNEF, mesmo com a perspectiva de baixa para os metais usados nas tecnologias de combustíveis fósseis, a transição energética pode levar a um super-ciclo para a indústria metalúrgica e de mineração.

Este ciclo será impulsionado por grandes expansões em tecnologias de energia limpa. O analista reforça que esse ciclo pode impulsionar o crescimento da demanda tanto para minerais críticos quanto para metais tra-



dicionais. A transição energética requer investimentos significativos na extração de matérias-primas. Isto coincide com um período de redução da confiança dos investidores na mineração. Essa falta de confiança é o resultado de vários fatores interrelacionados que incluem a recente volatilidade do mercado e a complexidade

do desenvolvimento de novas minas. Um caminho promissor para as empresas enfrentarem o entrave da captação de capital é melhorar seu desempenho ESG. Isto permitirá que as empresas se diferenciem nos mercados de capitais.

Sobre essa questão, o chefe global de commodities, mercados de energia e meio am-

biente da BNEF, informou que a indústria de mineração tem um triplo desafio – aumentar a oferta, manter os custos baixos e reduzir sua pegada ambiental e de carbono ao mesmo tempo. É como ter que encontrar a solução para um cubo mágico. Não é fácil, mas também não é impossível.

Fonte: Brasil 61

MINERAÇÃO

Serviço Geológico do Brasil assina contrato para viabilizar mina de cobre em Bom Jardim de Goiás

Representantes do Serviço Geológico do Brasil, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB-CPRM), assinaram, na semana passada (30), o contrato de promessa de cessão dos direitos minerários do projeto Cobre Bom Jardim de Goiás (GO). O projeto deverá receber inicialmente investimentos de R\$ 5 milhões para pesquisa mineral complementar.

Os resultados dessa fase poderão levar à implementação de uma mina e movimentar a economia da região, gerando emprego e renda para a população.

Este é um dos oito projetos que integram a carteira de ativos minerários do SGB-CPRM, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), e faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. O aporte, da ordem de R\$ 100 milhões, deve proporcionar mais de R\$ 17 milhões por ano em arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais.

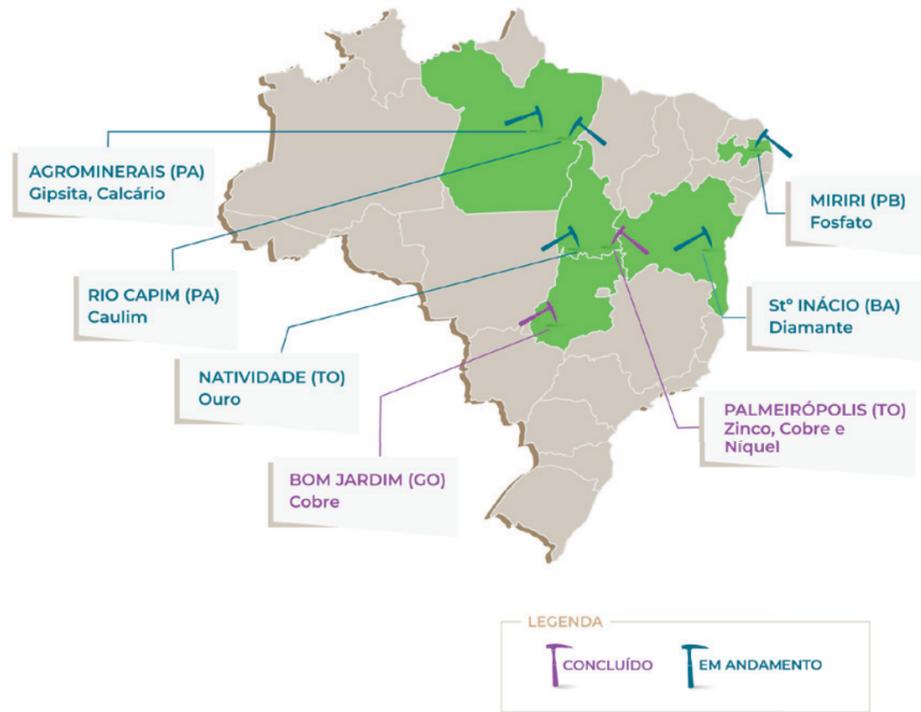
Segundo Leandro Bertossi,

da Diretoria de Recursos Minerais do SGB-CPRM, a primeira fase dos investimentos vai além da pesquisa, porque beneficiará toda a população de Bom Jardim de Goiás, gerando emprego e movimentando a economia local: “Com a chegada dos pesquisadores, você já tem um giro de receita na própria cidade, porque cada um deles se hospedará, se alimentará e vai consumir produtos e serviços locais”, observou, acrescentando que “há também a necessidade de contratar mão de obra local para alguns trabalhos”.

Segunda fase

Bertossi adiantou que, numa segunda fase, “caso o empreendimento se viabilize, começará um aumento na arrecadação de impostos”, por causa da geração de minérios: “Portanto, no futuro, com implementação do empreendimento mineral, os benefícios se tornam muito maiores”, explicou o representante do SGB-CPRM.

Ao assinar o contrato, o presidente do SGB-CPRM, Cassiano Alves, destacou o



retorno à empresa entre os benefícios a partir do projeto. “Hoje assinamos o contrato de promessa de cessão dos direitos minerários do projeto Cobre de Bom Jardim, que foi arrematado pela empresa

Axia por R\$ 2 milhões, mais um bônus por produção de 1% a ser pago sobre a receita bruta do empreendimento, quando já estiver em operação” lembrou Cassiano Alves.

A assinatura Para o presidente do SGB-CPRM, “a assinatura representa um marco para o Serviço Geológico do Brasil, que após anos de estudos e revisão no qual foram investidos,

nas décadas de 70 e 80, mais de R\$ 10 milhões em valores atualizados, deverá ser alvo de novos investimentos agora por parte do setor privado”. De acordo com o geólogo Marcio Remédio, da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais do SGB-CPRM, a expectativa é que a fase de pesquisa demore de 3 a 8 anos.

Outros projetos

A criação do PPI, em 2016, trouxe ao SGB/CPRM a oportunidade de negociar com a iniciativa privada projetos que se encontravam paralisados por décadas, sem qualquer investimento ou perspectiva de licitação ao setor mineral. Com a aprovação do MME e do Conselho do PPI, oito projetos minerários foram incluídos no programa: Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO); Carvão Candiota (RS); Rio Capim Caulim (PA); Cobre Bom Jardim de Goiás (GO); e Fosfato Miriri (PB-PE); Calcário Aveiro e Gipsita Rio Cupari (PA); Ouro Natividade (TO), e Diamante Santo Inácio (BA).

Fonte: Brasil 61

MEIO AMBIENTE

População pode ajudar no controle de doenças em vegetais e animais

A participação da população no controle de doenças em vegetais e pragas é importante para evitar prejuízos envolvendo a produção agropecuária do país. Por isso, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) alerta os cidadãos para que notifiquem os serviços oficiais que podem controlar esse problema.

Embora enfermidades em plantas não sejam de notificação obrigatória, algumas patologias animais são. Segundo o Mapa, notificar é importante porque permite a identificação precoce de uma praga ou doença, tornando possível impedir a disseminação da enfermidade, realizar o controle e até erradicá-las.

Mariana Teixeira Filipputti, auditora fiscal agropecuária do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal (Sisv) da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo (SFA-SP), informa que as notificações normalmente partem de pesquisadores e produtores rurais, que procuram agrônomos para estimar quais os possíveis danos nas plantações.

O Mapa definiu por instruções normativas as regras para a notificação de ocorrência de praga exótica no país (IN 2/2002) e atualizou a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal (IN 50/2013), que obrigatoriamente devem ser notificadas.

Doenças em vegetais

De acordo com a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Mapa, Graciane Castro, na área vegetal as pragas de maior preocupação são aquelas consideradas quarentenárias, ou seja, quando elas possuem potencial



danoso muito expressivo, com análise de risco por parte do Ministério da Agricultura.

“Tem as pragas quarentenárias presentes que já se encontram no Brasil, mas se encontram sob controle oficial. E também as pragas quarentenárias ausentes que ainda não estão aqui e que nós mantemos um sistema de vigilância constante para evitar com que elas entrem e, ou caso entre, tomarmos as medidas de controle o mais breve possível”, explica a coordenadora.

Algumas das pragas que mais preocupam são a traça da videira (Lobésia botrana), a mosca da carambola e a fusariose da bananeira, todas ainda ausentes no Brasil.

A população deve, além de notificar as autoridades caso suspeite de alguma doença, evitar adquirir sementes e mudas

sem registro nacional, principalmente na internet e durante viagens. “Sementes e mudas são potenciais enormes de dispersão de pragas e doenças e esse é um grande problema que a gente enfrenta hoje em dia. Na questão das viagens, evitar trazer frutas, mudas, folhas, plantas, solo também, de uma região para outra, pois elas podem trazer uma praga nova de grande impacto”, alerta.

Doenças em animais A auditora fiscal federal agropecuária Anderlise Borsoi informa que a população urbana deve estar atenta aos sinais clínicos compatíveis com doenças de alto impacto em saúde animal e pública, como no caso da influenza aviária. “A doença nunca foi registrada no Brasil, mas recentemente foi confirmada em países da América do Sul, e é alvo de maior alerta no

momento, devido à epidemia mundial com alto impacto gerado pela mortalidade das aves”, aponta.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, os principais sinais da influenza aviária são:

- Alta mortalidade em um lote de aves (maior ou igual a 10% em até 72 horas);
 - Mortalidade excepcional (súbita e elevada) em aves de subsistência, de exposição, de ornamentação, de companhia ou silvestre;
 - Sinais clínicos como andar cambaleante; torcicolo; dificuldade respiratória; diarreia;
 - Queda súbita igual ou maior a 10% na produção de ovos e aumento de ovos malformados; e
 - Redução drástica dos índices zootécnicos.
- Qualquer situação como as

descritas acima deve ser notificada imediatamente à Unidade Veterinária Local do Serviço Veterinário Oficial mais próxima.

Além da participação na vigilância, a população urbana tem papel importante na prevenção à introdução de doenças animais por meio do cumprimento

to das normas de entrada de animais e produtos de origem animal no país.

O ingresso e a disseminação da influenza aviária levariam a perdas financeiras elevadas, com custos aos produtores e ao país, além do custo social, por conta da perda de rendimento de produtores para os quais a atividade pecuária é o único sustento.

Como realizar a notificação

Sempre que um cidadão desconfiar de alguma doença em vegetais ou animais, deve procurar a Superintendência Federal de Agricultura do Ministério da Agricultura, ou órgãos estaduais de defesa agropecuária. O contato pode ser presencial, por telefone e pela internet.

Em doenças envolvendo apenas animais, o Mapa lançou em 2020 o e-Sisbravet, um canal de notificação de fácil acesso que usa um formulário padronizado.

Caso a suspeita tenha fundamento, um profissional do serviço público comparecerá ao local para a verificação, fará a coleta da amostra e enviará ao laboratório oficial do Mapa.

Fonte: Brasil 61

Principais pragas e doenças

Gripe aviária
Também conhecida como influenza aviária, atinge aves domésticas e animais silvestres. Os sintomas são dificuldade para respirar e hemorragia de crista e barbela.

Febre aftosa
Afeta bovinos, suínos, caprinos e bovinos. Os sinais são dificuldade de locomoção, febre e aftas, normalmente, na boca e nos pés de animais de casco fendido.

Fusariose da bananeira
Uma das doenças mais destrutivas da bananeira. As folhas quebram e a planta fica rodeada por folhas mortas.

Traça da videira
Causada por uma lagarta, a doença danifica o cacho da planta, as folhas ficam torcidas e os frutos podres.

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária